

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula teria retomado o que faz de melhor: conversar

Lula voltou para o jogo

Integrantes do governo e do PT muito têm comemorado nos últimos dias um aspecto: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou para o jogo. Desde especialmente a viagem que fez ao Japão e ao Vietnã, esse aspecto tem sido observado. Lula, para esses integrantes, voltou ao que faz de melhor: a articulação política e, especialmente, a negociação. Ainda que ninguém

ainda possa dizer que o ambiente passou a ser de Disney World, onde tudo funciona perfeitamente, há no governo e no PT no momento uma sensação de menor tensão política. Se isso de fato virá a significar maior tranquilidade nos próximos dias, será preciso ver. Porque a oposição ficou incomodada. E promete reagir. O risco maior é de paralisia no Congresso.

Negociador

Os que acompanham Lula desde sempre repetem que o principal aspecto do perfil do presidente não é ser de esquerda. É ser um exímio negociador. Isso é o que ele faz de melhor desde os tempos de sindicalista: conciliar e obter o melhor resultado.

Conversas

Lula levou consigo ao Japão os presidentes da Câmara e do Senado, Hugo Motta (Republicanos-AP) e Davi Alcolumbre (União-AP). E seus antecessores, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Desde então, paralisa na Câmara a discussão do projeto de anistia.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Sidônio assumiu o posto de “ministro de VDM”

Sidônio e Gleisi têm papel na mudança

Na viagem agora à Itália para os funerais do Papa Francisco, novamente estiveram na comitiva de Lula Hugo Motta e Alcolumbre. As viagens internacionais são excelentes momentos para conversas. Neste terceiro governo Lula, reclamava-se que tais conversas muito pouco aconteciam. O presidente estava excessiva-

mente blindado, cercado de pessoas que tentavam poupá-lo das más notícias (embora enfrentar as más notícias seja tarefa primordial que se espera de um presidente). Duas mudanças em seu entorno têm sido consideradas importantes para o retorno de Lula ao jogo: Sidônio Palmeira e Gleisi Hoffmann.

VDM

Chico Buarque cunhou há alguns anos uma expressão que passou a ser repetida. Disse que todo governo precisava ter um “ministro de VDM” (não é necessário dizer o que significa a sigla). Alguém que seja capaz de alertar que seguir por um caminho errado dará problema.

Gleisi

Gleisi Hoffmann assumiu um cargo que o Centrão ambicionava. O episódio da recusa de Pedro Lucas, do União Brasil, do Ministério das Comunicações, deixou claro o risco. Se Lula desse a articulação política para o Centrão ficaria ainda mais refém dele.

Sidônio

Lula não tinha um “ministro de VDM”. Seu entorno tinha por ele uma idolatria que impedia tal tarefa. O cargo parece ser ocupado agora por seu secretário de Comunicação, Sidônio Palmeira. Sidônio ganhou espaço para gerir crises. E agora tenta segurar a língua de Lula.

Motta

Gleisi é alguém em que Lula confia. E ela tem se mostrado hábil na negociação. Teve papel importante na eleição de Hugo Motta e tem boa relação com ele. Seu problema parece ser o mesmo de Lula às vezes. Alguns reclamam que também precisa segurar a língua.

CCJ discute suspender ação contra Ramagem

STF condena mulher que pichou estátua do STF a 14 anos

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Apesar do feriado do Dia Internacional do Trabalho nesta quinta-feira (1º), o Congresso Nacional tem pautas relevantes para esta semana. A bancada do Partido Liberal na Câmara dos Deputados está em obstrução após o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), adiar novamente paular a urgência do projeto de lei que concede anistia aos presos de 8 de janeiro de 2023. Há expectativa de que seja apresentado novamente o requerimento de urgência do PL da Anistia na reunião de líderes nesta quarta-feira (30).

Ramagem

Está agendado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara discutir, na quarta-feira, a Sustação de Andamento de Ação Penal (SAP) 1/2025, que tornou o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) réu por tentativa de golpe de Estado. A bancada do Partido Liberal fará uma exceção na obstrução dos trabalhos da Casa para participar dessa sessão.

Ramagem se tornou réu pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Porém, como ele é deputado federal, diplomado pela Justiça Eleitoral no final de 2022, o artigo 53 da Constituição Federal prevê que partidos políticos podem solicitar a suspensão de uma ação penal contra parlamentares enquanto durarem os seus mandatos – no caso de Ramagem, até o final de 2026.

O ministro do Supremo



PL tenta sustar o processo contra Ramagem por golpe

Cristiano Zanin disse que a Câmara somente poderia anular duas acusações contra Ramagem (dano qualificado com violência ou grave ameaça contra patrimônio da União) porque isso teria acontecido na época em que ele era deputado. As outras acusações seriam relacionadas a fatos acontecidos na época em que ele era diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em resposta, o presidente da CCJ, deputado Paulo Azi (União Brasil-BA), alegou nesta sexta-feira que a ação penal contra o parlamentar será discutida na íntegra durante a sessão.

O relator do caso é o deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AC). Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), também réu por tentativa

de golpe de Estado, a escolha de Gaspar para relatar o processo foi alvo de crítica da base governista – que teme que o relator conduza o processo em benefício de Bolsonaro.

STF

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal formou maioria, nesta sexta-feira (25), para condenar a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que escreveu com batom “Perdeu Mané” na estátua em frente ao Supremo durante os atos antidemocráticos contra a sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Ela, que atualmente está em prisão domiciliar, foi condenada a 14 de prisão. A defesa de Débora ainda pode recorrer da decisão.

Todos os cinco ministros

concordaram que a cabeleireira deveria ser penalizada, contudo, alguns apresentam divergências quanto à dosimetria e aos crimes cometidos. O ministro-relator do caso, Alexandre de Moraes, avalia que Débora praticou os seguintes crimes: abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada. Com isso, determinou a pena de 14 anos de prisão.

O presidente da Turma, ministro Cristiano Zanin, divergiu quanto à dosimetria, definindo pena de 11 anos e seis meses de prisão. Já Luiz Fux considerou apenas o crime de deterioração do patrimônio tombado e propôs uma pena de um ano e seis meses.

Cassação por falta ameniza situação de Chiquinho Brazão

Por Karoline Cavalcante

A decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados de cassar o mandato do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) por excesso de faltas acaba abrاندando sua situação, segundo avaliação do advogado eleitoral Marcio Maranhão ao Correio da Manhã.

Isso porque a medida transfere para o Supremo Tribunal Federal (STF) a responsabilidade de decidir sobre uma eventual inelegibilidade, diferentemente do que ocorreria caso o parlamentar perdesse o mandato por decisão do plenário da Casa.

O ato foi publicado no Diário Oficial da Câmara na última quinta-feira (24) e assinado pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), juntamente com os demais membros da mesa diretora.

A medida, que preserva os direitos políticos do deputado, está fundamentada no artigo 55, inciso III, da Constituição Federal, que prevê a perda de mandato de um parlamentar que faltar, sem justificativa, a um terço das sessões ordinárias em cada sessão legislativa, salvo em casos de licença ou missão autorizada pela Casa.

De acordo com o banco de dados da Câmara, Chiquinho Brazão acumulava, até sexta-feira, 33 ausências não justificadas em 2025.

No ano passado, o parlamentar registrou 73 ausências, contra apenas 12 presenças e duas faltas justificadas.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Brazão faltou às sessões porque está preso

Prisão

Vale destacar que, ao contrário dos outros únicos casos históricos de cassação por faltas – Mário Bouchardet e Felipe Cheide – as ausências de Brazão não foram decorrentes de decisão pessoal, mas sim devido à sua prisão.

O especialista em direito eleitoral Alberto Rollo explica que, caso os advogados de Brazão optem por judicializar o processo, a reclusão do deputado pode ser usada como argumento para justificar suas faltas. “A prisão configura uma força maior, algo que estava além da vontade dele”, comentou Rollo. Contudo, não está claro se essa será a estratégia adotada pela defesa do parlamentar. O Correio da Manhã entrou em

contato com os advogados de Brazão, mas ainda não obteve retorno.

Brazão

João Francisco, conhecido como Chiquinho Brazão, é um dos réus no processo que investiga o assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) e de seu motorista, Anderson Gomes, ocorrido em 2028. Acusado de ser um dos mandantes do crime, está em prisão preventiva desde março de 2024. No início deste mês, foi autorizado pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, a mudar para prisão domiciliar, devido a problemas de saúde.

Ele teve sua cassação aprovada pelo Conselho de Ética em agosto de 2024, e, desde então,

aguardava a apreciação no plenário. Caso a maioria mínima fosse favorável à sua cassação, além de entregar o mandato, ficaria inelegível por oito anos.

Na avaliação de Marcio Maranhão, o ato da Mesa foi uma decisão política com implicações jurídicas profundas. “A Câmara dos Deputados optou por um caminho técnico e mais restrito ao aplicar a cassação por faltas regimentais, o que não gera inelegibilidade. No entanto, havia base jurídica para a instauração e acolhimento de processo por quebra de decoro parlamentar, o que, se aprovado, tornaria o deputado inelegível por 8 anos”, explicou. “A escolha da tipificação impacta diretamente nas consequências eleitorais e na resposta institucional diante de acusações gravíssimas”, concluiu o advogado.

Substituto

Com a cassação, o primeiro suplente do União Brasil no Rio de Janeiro, Ricardo Abrão, assumirá a cadeira na Casa. Abrão foi deputado estadual por dois mandatos, e, durante a legislatura, exerceu o cargo de deputado federal como suplente por três vezes.

Ele é filho de Farid Abrão David, que foi prefeito da cidade de Nilópolis e presidente da escola de samba Beija-Flor. É também sobrinho de Aniz Abraão David, conhecido como Anísio, um dos nomes mais conhecidos do universo do jogo do bicho e da contravenção do Rio, além, também, da ligação com a Beija-Flor.